

doi <https://doi.org/10.5335/srph.v24i2.17799>

Um cotidiano polarizado: atitudes sociais em Santa Catarina face ao envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial

Un cotidiano polarizado: actitudes sociales en Santa Catarina ante la implicación de Brasil en la II Guerra Mundial

A polarised daily life: social attitudes in Santa Catarina in the face of Brazil's involvement in the II World War

WESLEY DOS SANTOS GRAPER¹  

Resumo:

Objetiva-se examinar atitudes sociais sintomáticas da polarização política fruto do envolvimento mais direto do Brasil na II Guerra Mundial, particularmente a partir de janeiro de 1942, com o rompimento de relações diplomáticas com as nações do Eixo. Assim, foram examinadas fontes de natureza diversa, tais como reportagens de jornal, processos judiciais e correspondências. Em termos metodológicos, a escala de análise espacial foi reduzida ao estado de Santa Catarina, escolha justificável, pois se tratava de região onde era notável a difusa simpatia pelos ideais dos países que compunham o Eixo. Evidenciou-se que o envolvimento do país no conflito gerou desconfiâncias, revelou a persistência de simpatias nazifascistas, provocou embates públicos e privados e levou pessoas a reavaliarem adesões anteriores.

Palavras-chave: Fascismo. Santa Catarina. Segunda Guerra Mundial.

Resumen:

Se pretende examinar actitudes sociales sintomáticas de la polarización política derivada de la implicación más directa de Brasil en la II Guerra Mundial, especialmente a partir de enero de 1942, cuando se rompieron las relaciones diplomáticas con las naciones del Eje. En consecuencia, se analizaron fuentes de diversa índole, como reportajes periodísticos, procesos judiciales y correspondencia. Desde el punto de vista metodológico, se redujo la escala espacial de análisis al estado de Santa Catarina, una elección justificable dado que la región mostraba una simpatía difusa y notable hacia los ideales de los países del Eje. Se evidenció que la implicación del país en el conflicto generó desconfianza, reveló la persistencia de simpatías nazifascistas, provocó enfrentamientos públicos y privados y llevó a las personas a replantearse sus adhesiones anteriores.

Palabras clave: Fascismo. Santa Catarina. Segunda Guerra Mundial.

Abstract:

The aim is to examine social attitudes symptomatic of the political polarisation resulting from Brazil's more direct involvement in the Second World War, particularly from January 1942 onwards, when diplomatic relations with the Axis nations were severed. Accordingly, sources of various kinds were analysed, including newspaper reports, judicial proceedings and correspondence. Methodologically, the spatial scale of analysis was reduced to the state of Santa Catarina, a justified choice given that the region displayed a notable, diffuse sympathy for the ideals of the Axis countries. It became clear that the country's involvement in the conflict generated mistrust, revealed the

¹ Doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestre (2025) em História pela Udesc. Graduado (2023) em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille).

persistence of Nazi-Fascist sympathies, provoked public and private clashes, and led people to re-evaluate their previous allegiances.

Keywords: Fascism. Santa Catarina. World War II.

Considerações iniciais¹

17 de agosto de 1942. Próximo às 11h da manhã, o navio Itagiba foi torpedeado pelo submarino alemão U-507. Às 13h10min foi a vez do Arará (Ferreira, 2017; Maynard; Assis, 2013). Ao fim do dia, em algumas regiões do Brasil, especialmente no Nordeste, grupos populares já manifestavam desagravo aos ataques à Marinha do Brasil (Falcão, 1999a). Naquela noite, em um hotel localizado na cidade de Hamônia (região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina), de acordo com autoridades policiais, teria sido promovido “um banquete em regozijo ao torpedeamento dos Navios Brasileiros por submarinos do Eixo” (TSN, 1943a, fl. 7). A alemã Emilie Mayer, proprietária do estabelecimento, confirmou em depoimento a realização da confraternização, mas negou as razões alegadas pela polícia (uma comemoração motivada pelas investidas alemãs). Disse que quem teria promovido o banquete havia sido o alemão Emilio Buckendahl, sem apontar motivação. Além dos dois, na ocasião da confraternização estiveram presentes a família Spiegel, Irma Heinzle e os empregados do hotel. A festa passou da meia noite (TSN, 1943a, fl. 8).

Um empregado havia sido ordenado a adquirir espumante no comércio do brasileiro Arnoldo Wloch, quem “logo suspeitou de uma festa cujo fim seria em torno dos acontecimentos desenrolados com a nossa marinha mercante, como de fato no dia seguinte, foi tornado conhecido por muitas pessoas desta cidade” – disse o mesmo em depoimento à Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) (TSN, 1943a, fl. 13). Wloch, aparentemente um teuto-brasileiro, não parecia partilhar dos princípios supostamente em comunhão no hotel. Diferentes testemunhas ouvidas pelos policiais declararam que a confraternização foi motivada pelos torpedeamentos, incluso a jovem Erica Fats, de 19 anos de idade (TSN, 1943a, fl. 12), e a teuto-brasileira Ida Krause, para quem Emilie Mayer era uma agitadora que “em todos os lugares procurava defender a situação da Alemanha”. Krause disse que ouvia com frequência sua patroa dizer “que com a vitória da Alemanha, na guerra atual, os brasileiros iam pagar tudo quanto tem ocorrido contra os alemães no Brasil”. Na visão de Krause, o Hotel Hamônia era um “verdadeiro cabaret”; “muitos fatos dignos de repressão têm se verificado” no estabelecimento,

completou (TSN, 1943a, fl. 14). Vê-se aí, da parte de Krause, um posicionamento crítico diante daquele contexto político. Era ela contrária às ideias que sua patroa, supostamente, simpatizava.

Outra empregada do hotel, de apenas 17 anos, Elvira Krueger, confirmou as “grandes bebedeiras” do dia 17 terem ocorrido “em regozijo dos navios brasileiros torpedeados”. Disse à polícia que apenas se falava em língua alemã nas dependências do estabelecimento “porque a proprietária determina o uso do referido idioma” (TSN, 1943a, fl. 10). Cabe apontar que desde 1938, com as leis nacionalizadoras, idiomas estrangeiros, tal como o alemão, sofriam vigilância das autoridades (Seyferth, 1999). Com o rompimento de relações diplomáticas com o Eixo em janeiro de 1942, uma operação policial desfechada em nível nacional colocou os “súditos do Eixo” e a população teuto-brasileira sob estrita suspeição (Hilton, 1977).

Elvira Krueger ainda afirmou à polícia que o hotel era um “ponto de reunião de alemães, onde falam sobre a guerra atual, bem como sobre a vitória da Alemanha”. Esta menção em tom de denúncia, examinada à contrapelo, revela por parte de Krueger algo semelhante ao que foi expresso por sua colega de trabalho, Ida Krause: um olhar crítico do contexto social vivido pelo Brasil e uma consciente tomada de posição a respeito do que significava as atitudes da Alemanha para com o Brasil. A respeito de sua empregadora, Emílie Mayer, Krueger alegou ela fazer os “piores conceitos das autoridades brasileiras”. Segundo Elvira, Emilie declarava “para todos que não tem receio de ser presa e se assim acontecer é uma honra para ela”. Listou ainda nomes de pessoas que considerava serem “elementos suspeitos” com quem Mayer mantinha contato (TSN, 1943a, fl. 10).

Ao se defender, a proprietária negou ter feito más referências às autoridades brasileiras, disse não possuir “motivos para discordar das medidas decretadas pelo governo Brasileiro, diante da rotura [sic] das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com as potências do Eixo”, e que não possuía compromissos com “elementos suspeitos e que estão sendo vigiados pela Polícia”. Nota-se a centralidade do acontecimento do rompimento do Brasil com o Eixo – parecia haver uma relação de antes e depois quanto àquele evento. Mayer afirmou também não possuir razões “para reclamar contra as medidas que tem sido aplicadas contra os adeptos do Eixo”. Declarou, ao fim de seu depoimento, ter sido mera coincidência a realização da festa simultaneamente aos ataques da Alemanha ao Brasil (TSN, 1943a, fl. 8).

Também em sua defesa, o alemão Herman Spiegel, um dos presentes na confraternização, disse à polícia que havia sido convidado por Emilio Buckendahl e afirmou que “não sabia que o banquete era promovido” em virtude dos torpedeamentos. Se soubesse

dessas motivações, “não teria comparecido, visto como não está de acordo com essas atitudes”. Somente dias depois teria vindo a tomar conhecimento das razões da confraternização (TSN, 1943a, fl. 15). Isto é, ainda que buscasse se desvincular das motivações que levaram ao banquete, Spiegel não negava as razões das denúncias e suspeitas policiais. Seria mais uma agência crítica diante daquele tenso cenário político ou Spiegel, a bem da verdade, seria um ator dotado de cognição insuficiente para reavaliar ideias anteriormente consensuais e agora intoleráveis, como eram as da Alemanha Nazista? Teria ele, assim como as funcionárias Krause e Krueger, sujeitos à repressão policial, apenas buscado se readequar à nova posição do Brasil no cenário internacional ou haveria em seus gestos algo mais?

Outros testemunhos vieram depor a favor e contra os envolvidos no caso (TSN, 1943a, fl. 25; fl. 58), porém, para o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) teria ficado provada a falta de condições para a comemoração dos torpedeamentos em virtude de, no dia 17, eles terem ocorrido “depois das 23 horas, já quando acabada a festa”. Tratava-se de um equívoco. Os ataques haviam sido perpetrados no fim da manhã e início da tarde do mesmo dia, além de todos os depoentes terem declarado que a festa passara da meia noite – isto é, houve tempo para tomar conhecimento dos fatos, ao menos, pelo rádio. Seja como for, pela referida razão e por outras de caráter legal, Mayer e Buckendahl foram absolvidos (TSN, 1943a, fl. 65-66)

Trabalhos recentes sobre as repercussões da II Guerra Mundial no Brasil têm salientado como desde o ano de 1942 passou a existir uma significativa margem de agência para a população, ainda que sob um regime de estritas restrições civis (Ferreira, 2017; Fortes, 2021; Sena Junior, 2022). Pensando a partir do episódio acima narrado, trabalhos que enfocaram a atuação do TSN durante a guerra apontaram como, em denúncias feitas às autoridades policiais, prevaleceram desafetos pessoais e tentativas de vingança (Fáveri, 2004; Silva, 2007; Mayer, 2020), o que igualmente denota a capacidade de ação política da população que vivia em um regime centralizador no contexto de um confronto bélico internacional.

Alexandre Fortes (2021, p. 148) argumenta que “com o aprofundamento do envolvimento do Brasil com o conflito, em 1942, houve uma mudança substantiva na natureza do regime político instaurado no país”. A cara do Estado Novo conformada desde 1937, dali em diante, viria a se transformar de modo significativo. Ainda segundo o autor, o conflito “penetrava progressivamente o cotidiano, impactando até mesmo as atividades rotineiras mais comuns, como o trabalho, o lazer e o consumo” (Fortes, 2021, p. 147). Entendo que vínculos e afinidades ideológicas foram igualmente afetadas por essa invasão da guerra na vida cotidiana.

O caso do Hotel Hamônia, bem como outros a serem explorados a seguir, revela ampla desconfiança de setores da população brasileira, não excluídos os de ascendência alemã, quanto aos posicionamentos políticos da sociedade durante o conflito mundial. Independente se houve, de fato, comemoração aos torpedeamentos dos navios brasileiros, a atenção dada pelos denunciante às posturas políticas dos “súditos do Eixo” não era apenas um bode-expiatório ou subterfúgio para trazer à tona acusações contra estrangeiros – até porque brasileiros foram igualmente alvos das mesmas desconfianças, como veremos na sequência. Ainda que o objetivo pudesse ser a promoção de represálias pessoais, como se pode imaginar a partir das veementes acusações feitas pelas empregadas do hotel, não havia como os elementos que davam estribo às imputações da denúncia (afinidade com a Alemanha Nazista) serem de todo infundados.

É certo que no interior do hotel (aqui visto como uma espécie de microcosmo social), em seus corredores, quartos, cozinhas e salas, o assunto do avanço da Alemanha sobre a Europa fosse constantemente comentado, assim como depois teria vindo a ser discutido o rompimento do Brasil com o Eixo. Isso fica evidente nos depoimentos feitos às autoridades da Dops de agosto de 1942 em diante. Os pontos de vista ideológicos favoráveis ao Eixo, não mais aceitos naquele momento de aproximação do Brasil com as “nações civilizadas” (aquelas que compunham os Aliados), eram mobilizados de modo a dar vazão a atritos sociais associados às paixões políticas – uma das dimensões que, junto da razão e ambição, preside o vínculo político a determinados valores, ideias e, conseqüentemente, atitudes políticas (Prochasson, 2005).

Focado na agência dos atores sociais “comuns”, defendo neste artigo que havia uma tomada de posição crítica das pessoas naquela conjuntura política, seja favorável ou contrária ao nazismo, dado a oposição entre socialismo, democracia-liberal e nazismo no período – uma das características centrais daquela guerra ideológica internacional ocorrida entre 1939 e 1945, como interpretou Eric Hobsbawm (1995). Como parte de meu argumento, tais posições antagônicas, mesmo sob um regime autoritário (o Estado Novo), provocavam em algumas regiões do país uma verdadeira “polarização do cotidiano”, opondo pessoas favoráveis e contrárias ao Eixo e, especialmente à Alemanha. Cumpre mencionar que os trabalhos historiográficos que se debruçaram em compreender densamente o cotidiano da população brasileira durante a II guerra, seja na cidade de São Paulo (Cytrynowicz, 2000) ou no estado de Santa Catarina (Fáveri, 2004), dedicaram pouco de sua atenção a esses aspectos.

Ao longo das três seções seguintes, prossigo no exame de atitudes sociais indicativas da polarização política intensificada com o envolvimento mais direto do Brasil na II Guerra

Mundial, sobretudo após o rompimento de relações diplomáticas com as nações do Eixo em janeiro de 1942. Essa intensificação ocorreu, conforme se verá, como resultado do investimento de diferentes agentes sociais, a exemplo de figuras ligadas ao Estado (membros do governo federal, interventorias e forças policiais), a imprensa e as próprias pessoas “comuns”. Por meio do acesso a fontes de natureza diversa (reportagens de jornais que circulavam em Santa Catarina, processos do TSN relativos a casos ocorridos no estado e telegramas) e da urdidura de uma “descrição densa” que viabilize interpretar o significado simbólico das ações dos atores sociais (Geertz, 1978), se espera apreender como as pessoas criticamente avaliaram convicções políticas durante aqueles anos de “fortes cargas emocionais” (Prochasson, 2005, p. 324).

A opção por Santa Catarina se deu pela presença histórica de simpatias difusas pelos países do Eixo no estado (Falcão, 1999b; Zanelatto, 2007), elemento que distingue esse cenário de outros centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. As interpretações quanto à polarização política e as atitudes sociais face fortes apelos passionais se fiam nas considerações teóricas de Pierre Ansart (2019, p. 15), de que “não se pode concluir a análise de uma situação política sem considerar os sentimentos e as paixões em que se apoiam, permanentemente, as relações, os conflitos, os compromissos políticos”. Tal orientação teórica se torna mais pertinente na medida em que a adesão ao fascismo se compreende menos em termos de racionalidade e mais no interior do campo das “paixões mobilizadoras” (Paxton, 2007, p. 360).

Realinhamento internacional, desconfiança e desafetos

Desde fins de 1941 e o início de 1942, diferentes agentes sociais, tais como políticos associados ao governo (federal e estadual), a imprensa e até mesmo grupos populares, investiram no sentido de extirpar daquele presente algo que consideravam antiquado ao futuro prometido para após a guerra: a afeição política pelo fascismo e suas variantes. Entre os meses de janeiro e agosto de 1942, uma série de reportagens publicadas em diferentes jornais catarinensesⁱⁱ lançaram desconfianças contra aqueles que eventualmente ainda simpatizassem com as forças do Eixo e, igualmente, passaram a exigir dos “indiferentes” e “indecisos” um posicionamento definitivo. Houve, principalmente entre agosto e setembro, após os principais ataques aos navios brasileiros, uma exigência por parte de alguns jornais para que simpáticos ao nazifascismo viessem a público declarar terem “abjurado” de suas crenças políticas.

Em entrevista à imprensa de Porto Alegre em meados de novembro de 1941 e republicada em *O Estado* (Florianópolis), o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, afirmou que face aos apelos recentes do Presidente, no país não mais “poderá haver duas opiniões. Estas horas não comportam duas atitudes, nem sentimentos pessoais”. Referia-se às inclinações pró-Aliados e pró-Eixo. A posição definitiva dos brasileiros deveria ser pela união das américas junto aos aliados. De acordo com o ministro: “Nós fomos, somos e desejamos ser panamericanos. Acompanhamos a América, seguimos a sorte da América. Não seremos neutros ante qualquer participação dum país americano na guerra” (Os brasileiros [...], 1941, p. 1).

Um texto publicado em julho no *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina* condenava “a pertinaz simpatia que haja sobrevivido a tantas provas de traição” da Alemanha, algo que equivalia “a imperdoável cumplicidade” com seus crimes. O texto ainda verberava contra os indiferentes ao momento vivido pela Nação; não havia naquele momento “lugar para os indiferentes” e tampouco para “traidores, que, por inexplicável subserviência e ambições alheias ou a paixões próprias, abriguem secreto pensamento contrastante com o imperativo nacional desta hora” (Uma única [...], 1942, p. 1).

Esses apelos das forças do Estado eram bem distintos das ambiguidades de poucos anos antes, quando o Brasil assumia a posição de neutralidade. Sem dúvidas, isso não passou despercebido pela população. Até meados de 1938, as relações políticas entre Brasil e Alemanha haviam sido amistosas. Mesmo depois das leis nacionalizadoras em 1938 (motivo do abalo nas relações políticas entre os países), a condição de parceiros comerciais se manteve até meados de 1941, evidenciando o pragmatismo no interior do governo Vargas no que diz respeito aos anseios de modernizar o país (Rahmeier, 2022). Por meio de uma série de conferências internacionais onde eram firmados acordos de cooperação entre as nações americanas, uma lenta aproximação com os Estados Unidos da América (EUA) por parte do Brasil vinha ocorrendo, paralelamente, ao longo da década de 1930. Mas, um reposicionamento internacional definitivo em favor dos Aliados (e, em especial, dos EUA) só se consolidou entre o final de 1941 e o início de 1942, após o ataque a Pearl Harbor (que acionou a cláusula de defesa continental), e a realização da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (na qual se decidiu pelo rompimento das relações diplomáticas com o Eixo) (Moura, 1993).

Nesse entremeio, até o referido realinhamento internacional, de acordo com Pedro Tota (2000), o continente americano era alvo de disputas pelas “modernidades” alemã (de orientação

fascista) e norte-americana (liberal-democrática). Embora minoritários, alguns jornais da grande imprensa apoiavam abertamente o regime de Hitler, como a *Gazeta de Notícias*, que chegou a enviar correspondentes à Europa cujas reportagens expressavam simpatia pelo nazismo (Konder, 1940). Em Santa Catarina, diferentes pesquisadores demonstraram como boa parte da imprensa de circulação estadual (seja de língua alemã ou portuguesa), ao longo dos anos 1930, foi simpática ao nazismo (Falcão, 1999b; Zanelatto, 2007). Era uma posição distinta daquela dos grandes jornais do Distrito Federal, que entre 1932 e 1936 oscilaram entre avaliações negativas, positivas e ambíguas de Hitler e de seu governo (Araujo, 2019).

Mesmo com poucos filiados ao Partido Nazista, havia em Santa Catarina, até mesmo entre brasileiros, uma opinião pública favorável a aspectos do regime hitlerista, como o “milagre econômico” e o combate ao comunismo. Especialmente entre os alemães (emigrados no pós-I Guerra Mundial) e teuto-brasileiros (urbanos e letrados), havia certa difusão de valores como a superioridade racial, motivada pelo apego ao nacionalismo alemão e pela conservação de determinadas tradições de interesse do nazismo. Essas afinidades floresciam com maior força entre setores de uma pequena-burguesia letrada (composta por industriais, comerciantes e profissionais liberais, independente da origem étnica) (Graper, 2025, p. 176-186).

Ante esses antecedentes, apelos como os de Osvaldo Aranha e do governo catarinense tiveram sérias implicações na vida cotidiana da população. Isso porque a sociedade (brasileira e sua fração situada em Santa Catarina) não possuíam um posicionamento homogêneo a respeito das expectativas de qual lado deveria vencer a conflagração mundial. Essa prévia divisão de posições (talvez, bem mais evidente em Santa Catarina), combinada às cobranças de posicionamento político, explica a intensa polarização cotidiana vivida durante o conflito.

Dito isso, a percepção da persistência da simpatia pelo nazismo em meio às alterações no cenário nacional e internacional causava forte desconforto em parcelas da população, com mais frequência entre brasileiros. Ao passo que as pessoas foram percebendo que o nazifascismo não era mais aceito, choques pessoais emergiam em bares, salões, clubes, espaços públicos, delegacias, no íntimo das residências ou nas páginas dos jornais. Membros do governo buscaram impedir que a imprensa fosse um vetor desses conflitos. Em telegrama encaminhado ao ministro Lourival Fontes, o interventor Nereu de Oliveira Ramosⁱⁱⁱ em dezembro de 1941 solicitou um endurecimento da censura à imprensa, de modo a evitar difusão de notícias que pudessem “fomentar exaltação ânimos em momento em que pensamos congregar todos nossos esforços”. O interventor estadual entendia “conveniente proibição neste Estado placardes com

notícias fotográficas [sobre a] guerra que provocam ajuntamento e em consequência comentários exaltados e inconvenientes” (Ramos, 1941).

Essa tentativa de controle, porém, foi logo rompida no mês de março de 1942 com uma série de mobilizações populares. Em meados de agosto, o cenário já era bastante distinto. Na capital catarinense, ao andar pelas ruas do centro era possível vê-las tomadas pela irreverência da “imprensa mural”. Em Florianópolis, os murais não faltavam, “afixados à rua [Felipe] Schmidt, esfusiando [sic] de graça nas ‘charges’ coloridas ou nos versos sarcásticos”. Ao comparar com aqueles cartazes que eram expostos na Galeria Cruzeiro, no Rio de Janeiro, dizia serem “órgãos anônimos manuscritos ou datilografados”, cujo conteúdo eram “caricaturas, piadas e anedotas de humorismo simples, e, o que é mais simples ainda, verdades inspiradas na mais pura sinceridade”. Tais “jornalistas desconhecidos não aperfeiçoam o estilo, nem se detém em indecisões quanto à concordância, ou ainda em torturas de fuga ao lugar-comum”. Esses jornais eram feitos “para a compreensão de todos, em bom brasileiro”; “Aliás”, continuava o cronista anônimo, “a preocupação é a de ser entendido” (Imprensa [...], 1942, p 3).

E, com o advento da “declaração de guerra ao nazifascismo”, não só no Rio, “o número dos jornais ‘murais’ aumentou”. Relatava o autor da matéria que quem passasse pela Felipe Schmidt e se desse “ao trabalho dum exame ou observação”, notaria que “tais desenhos, ou piadas, ou comentários, não encerram gosto ao sensacionalismo ou veleidades de vaidosa exibição” (Imprensa [...], 1942, p 3). Para essa testemunha atenta às sociabilidades do centro de Florianópolis, quem bem observasse aqueles atos perceberia como tais murais significavam “uma expansão de sentimentos” exibidos de maneira crua, semelhante a uma “válvula da revolta [...], uma contribuição da alma popular, pondo à hilaridade pública, em feições patibulares e legendas mordazes, os que, na paranoia do poder, quebraram a harmonia da paz, afogando o mundo em chamas, sangue e ruínas”. Ainda mais, o “espírito popular, na sua ironia ferina”, não poupava os “fantoques da ‘nova ordem’, pondo-os ao ridículo, nas mais estranhas atitudes e mais cômica fixação em traços rápidos e mesmo perfeitos” (Imprensa [...], 1942, p 3).

A imprensa desde o primeiro semestre de 1942 veio a ser o principal espaço de crítica aos que ainda nutriam afetos pelas “ideologias totalitárias”. Cabe se atentar em como o uso da imprensa mural ou recortes fixados em “placardes” presentes nos locais de trânsito popular era um importante recurso para difundir notícias e os desafetos políticos. Em meio às sociabilidades cotidianas nestes espaços, críticas ao nazismo, volta e meia, não eram bem recepcionadas pela população de origem germânica. No Clube Botafogo, em Joinville, no dia 20 de março de 1942,

Pedro Sanches havia pregado em um quadro alguns recortes do jornal *A Notícia* “que demonstravam o trabalho nazista em Santa Catarina na edição de 19 de março”. Quando o médico alemão Erico Kaufmann se deparou com a exposição daqueles clichês, teria dito: “Este jornal não presta. Contrário ao ‘Eixo’ e que, portanto, não adiantava expor placard criticando essas figuras” (Um médico [...], 1942, p. 6).

Enquanto uns manifestavam seus desafetos políticos, outros se mostravam nada contentes com tais afrontas. O lugar-comum que era demonstrar apoio ao Eixo vinha sendo, aos poucos, deslocado. As matérias dos jornais, diferente do que apontaram outros autores (Fáveri, 2004, p. 47), não simbolizavam unicamente as intenções da imprensa laçar “clima de suspeição, espalhar rumores e provocar o medo” sobre a comunidade teuto-brasileira e alemã, até porque a simpatia ao nazifascismo não se limitou apenas a esses grupos, mesmo em Santa Catarina (Falcão, 1999b). As páginas dos jornais (entre outros espaços) passaram a abrigar genuínos conflitos motivados por posicionamentos políticos opostos. Essa leitura difere de visão comum desde os anos 1990 na historiografia produzida em e sobre Santa Catarina que interpreta os conflitos ocorridos no período em questão à luz unicamente da chave da etnicidade.

Em princípios de fevereiro de 1942, *A Notícia* de Joinville publicou uma represália direcionada à “meia dúzia de brasileiros natos, chamados pelos alemães de caboclos, como nós outros”. O editorial criticou a insatisfação de alguns brasileiros contra a “ação nacionalista” do jornal em reiterar o papel da vigilância das forças de segurança pública. Segundo os articulistas, aqueles homens queriam que os jornalistas ficassem “quietinhos”, se limitando a “espionar a maré ou ouvir a arenga de certo cidadão, brasileiro de nascimento, que teria dito: ‘Quando Hitler chegar vocês vão ver...’”. O jornal, contudo, afirmava não aceitar a “censura desses nossos patrícios” (São [...], 1942, p. 1). Vê-se aí como a persistência da afinidade com a Alemanha e a insatisfação com investidas de caráter antinazista superavam a comunidade germânica.

Todavia, é inegável como os brasileiros passaram a ser o grupo mais afrontoso. Um intrépido conflito que foi parar no TSN dá indícios a esse respeito. Em torno das 21 horas do dia 21 de junho de 1942, foi iniciada uma festa na sede do Clube Náutico Ipiranga, região de Itoupava Seca, Blumenau. Na ocasião, Achilles Balsini (diretor do jornal *Cidade de Blumenau*) tomou a palavra para homenagear o primeiro aluno do Aeroclube da cidade que tomou voo, Siegfried Freschlin. Durante sua ligeira fala, como relatou o próprio Balsini em uma carta encaminhada à Dops, foi interrompido diversas vezes em espírito de camaradagem. Em um desses apartes, o teuto-brasileiro e gerente da firma Oswaldo Otte SA, Ralf Heinrich Otte, o

questionou se seria pago ao homenageado uma rodada de cerveja. Imediatamente, a brasileira Azair Branco lhe respondeu com um “cala boca aí alemão” (TSN, 1943b, fl. 43). Na versão de Azair, moça de 25 anos de idade, ela teria respondido que “alemão não dá palpite” e Ralf então lhe dirigiu algumas palavras que não entendeu. Assim, questionou se ele “estava zangado e [logo] lhe pediu desculpas, ao que Ralf, a ofendeu com palavras ásperas” (TSN, 1943b, fl. 8).

A ofensa de Otte fez Azair retrucar com “uma bofetada”. Segundo ela, “os presentes pretenderam espancar Ralf Otte por esse motivo, mas a declarante pediu então que não o fizessem”. Ainda de acordo com seu depoimento, Otte era moço “bem conhecido da população desta cidade onde sempre se portou com arrogância, dizendo-se descendente de raça superior e que, portanto, ‘não dá confiança’ aos caboclos” (TSN, 1943b, fl. 8). Sem dúvidas, a pretensão de superioridade de muitos alemães e teuto-brasileiros era motivo de revolta dos brasileiros. Não é necessário insistir em como esse sentimento era dotado de fortes contornos políticos durante a guerra. Dauto Caneparo, instrutor do Aeroclube de Blumenau, confirmou Otte ser um “sobejamente conhecido racista e que sempre procura ridicularizar aqueles que não descendem da raça germânica”. Afirmou ainda que “o referido moço não só procurou difamar a reputação da senhorita, como ainda ofender os seus brios de civismo pátrio”. Caneparo reiterou também a versão de que os demais presentes na festa tentaram espancar Ralf (TSN, 1943b, fl. 9), o que demonstra a difusão da revolta com tamanha arrogância daquele homem.

Caneparo e outras testemunhas como o tenente Wilson Bucker Aguiar acrescentaram um causo de que em meados de junho de 1942, após sair de uma sessão de cinema em que a “fita nacional não o agradara”, expressou a Celso Rafael da Silveira e a uma moça não identificada “mais ou menos” as seguintes palavras: “Esses abacaxis são mesmo coisas de negro, precisava era um homem como Hitler tomar conta disto para o Brasil endireitar” (TSN, 1943b, fl. 9-10). Nota-se como suas ideias de superioridade racial convergiam com seu apreço pela liderança de Hitler e, no limite, pelos ideais do nazismo. Sua visão lembra a opinião da proprietária do Hotel Hamônia que, aparentemente, entendia que os brasileiros um dia teriam de se resolver com o líder alemão. Em razão daquela fala, o tenente Aguiar repreendeu Otte e o levou à delegacia (TSN, 1943b, fl. 11) – de acordo com Francisco Grandinette, Ralf “procurou amenizar para evitar graves consequências” (TSN, 1943b, fl. 10). Ralf Otte, ao depor, negou as acusações e que estas seriam “uma perfídia de elementos que talvez sentem qualquer indisposição contra a sua pessoa ou sua família” (TSN, 1943b, fl. 15).

Percebe-se como conflitos sociais mais profundos, motivados pelo sentimento de superioridade racial, foram atravessados por olhares críticos quanto ao posicionamento político do acusado. Certas ideias não eram mais aceitas com tanta condescendência pela população. A partir dos dados que constam no processo judicial é possível supor que Ralf não era homem desinformado. Tinha ele instrução e ainda ocupava cargo de destaque em uma empresa de Blumenau. Daí vinha o conhecimento da população de suas posturas e opiniões. Em razão de suas sociabilidades, uma pequena burguesia letrada e elites industriais germânicas, se sentia à vontade para nutrir e expressar pensamentos como aqueles que eram nada incomuns.

O litígio se estendeu por praticamente um ano no TSN. A defesa de Osni Duarte Pereira, advogado de Otte, feita em julho de 1943, reveste o caso de maior excentricidade. Em seu texto encaminhado ao juiz do processo, ao aludir à fala de Ralf Otte quando deixou a sessão de cinema, não só relativizou as posições políticas de seu cliente como criticou o governo e, igualmente expressou posturas de desprezo quanto aos costumes e à população negra do Brasil:

Quantos de nós, assistindo a certas pinorias [sic] cinematográficas, em que se põem em relevo, especialmente os nossos defeitos, as nossas lacunas, em que se faz a apologia da mulata adúltera que fugiu com o outro, deixando o malandro a grunhir numa viola sua magoa, em que se erige como tipo nacional o negro vagabundo dos morros, em que se retratam as favelas e se divulga a sua música de senzala, ressaltando a miséria de certas classes, como se essas cousas fossem dignas de um “film”, quantos de nós, ao sair de um cinema assim, nos sentimos revoltados contra a tolerância do governo, permitindo que indivíduos de tão baixa cultura e de sentimentos patrióticos tão rudimentares se conservassem, como se conservavam, à frente de repartições destinadas a fiscalizar a produção cinematográfica nacional?... Quantos de nós, nessas ocasiões, não teríamos desejado para esses funcionários um governo que os tratasse diferentemente? *Se Ralf efetivamente desejou que, para corrigir tais defeitos da Divisão de Cinema e Teatro do nosso DIP, seria necessário um ditador intolerante e agressivo como Hitler, esta seria uma opinião, como outra qualquer.* Dizemos mais: há erros administrativos em certos setores que nem todo o despotismo de Hitler, de Mussolini e de todos os ditadores juntos conseguiria extirpá-los. Todos nós sabemos disso. E por estarmos cientes de tais cousas, estaríamos porventura cometendo crime? Seríamos passíveis de censuras? (TSN, 1943b, fl. 37, grifos do autor).

Brasileiros igualmente eram suscetíveis ao apreço pelo nazismo – é o que novamente se vê nesse caso. Quanto a Ralf Otte, devido à contradição dos testemunhos e por não ter sido possível imputar seus posicionamentos como delituosos na legislação penal, os juízes decidiram pela sua absolvição em julho de 1943 (TSN, 1943b, fl. 51-52). Desde janeiro daquele ano, o réu se encontrava retido no presídio da Ilha das Flores no Rio de Janeiro (TSN, 1943b, fl. 18).

O importante a ressaltar acerca de visões como as de Ralf Otte é que, na medida da intensificação do envolvimento do Brasil no conflito, elas foram alvo de suspeita por parte da

população. Isso denota, como destacado antes, um posicionamento crítico por parte das pessoas, o que gerava conflitos em situações públicas, como foi o caso das investidas de Azair Branco.

Intransigentes persistências de vínculos políticos

Antes da definição do Brasil no contexto internacional (momento em que mantinha postura de neutralidade), havia quem se sentisse à vontade para professar suas preferências pelo nazifascismo. Uma das formas de expressar esta predileção era acompanhar passo a passo (por meio da imprensa ou pelas ondas de rádio que vinham da Alemanha) o avanço das tropas alemãs, como fez o sr. Brack (provavelmente, de ascendência germânica), ao montar “um gigantesco mapa da Europa no seu escritório” e acompanhar “o avanço da Wehrmacht com alfinetes coloridos” (Costa, 1992, p. 34). O arraigado nacionalismo alemão, presente tanto entre aqueles que emigraram no pós-I Guerra quanto entre filhos e netos daqueles emigrados no século XIX (Seyferth, 2000), era um dos motivadores desse apreço pela Alemanha. Mesmo após o rompimento de relações diplomáticas com o Eixo em janeiro de 1942 e com a declaração de guerra em agosto, ainda são verificáveis manifestações ora sutis e às vezes abertas de apoio ao Eixo e à Alemanha Nazista.

A diferença é que daí em diante, a desconfiança passou a inundar as páginas da imprensa. Olhando à contraluz algumas matérias, é possível enxergar como o tom denunciante de algumas reportagens não era vazio. A ênfase no elemento da persistência do vínculo com a Alemanha dá evidências de como uma espécie de nova “moralidade” política emergia, e, ao criticar posturas intransigentes quanto a valores políticos não mais aceitos, os jornais passaram a atuar como “meios de persuasão emocional”, nos termos de Pierre Ansart (2019, p. 19). De acordo com o autor, “é através da linguagem, das palavras e das figuras de estilo que o homem político transmite suas mensagens estimulantes, suas indignações e seus apelos de apoio” (Ansart, 2019, p. 19). Naqueles anos de conflitos, a imprensa estimulou que a população vigiasse os intransigentes ou indecisos como via para persuadir inflexões políticas.

Isso fica explícito quando em junho de 1942 estreou no Cine Rex, em Joinville, o filme *O Grande Ditador*. A ausência de massiva assistência decepcionou a imprensa, em comparação às exibições anteriores: “nós que vimos por várias vezes os nossos cinemas abarrotados uma hora antes de se iniciarem as sessões, quando da exibição de filmes alemães ou sobre a Alemanha, bem compreendemos o que significa a deserção de espectadores” na exibição

daquela película, afirmaram. Em todo canto do Brasil onde o longa foi exibido havia se constatado “grande sucesso de bilheteria”. Na cidade de Joinville, “o cinema que se atreveu a pô-lo em cartaz ficou quase às moscas. Só brasileiros foram assisti-lo. Os descendentes de alemães eram raros e os alemães legítimos brilharam pela ausência” (Não [...], 1942, p. 1). No exame de Alexandre Valim (2017, p. 177), no tempo da guerra “as salas de cinema eram também lugares de manifestação política e social”. Se aplausos, assovios e vaias demonstravam postura política favorável ou contrária aos valores subjacentes ao filme exibido, a ausência de um grupo social em certas exibições tinha igualmente algo a dizer sobre visões e vinculações políticas. De acordo com o citado editorial, tal atitude da população de origem alemã mostrava “como eles se acham solidamente agarrados às suas convicções e que os protestos de nacionalismo de última hora não devem iludir a nossa vigilância” (Não [...], 1942, p. 1).

Fica evidente como o editorial não acreditava que tais pessoas pudessem facilmente mudar de posição: “Toda essa gente não mudará assim, de uma hora para outra”. Os articulistas argumentaram que entre muitos, não havia desejo para tal, como se vê no seguinte trecho:

Os que aplaudiram ainda há pouco nos cinemas as brutalidades nazistas na sua marcha de conquistas, de destruição e de morte, não se esforçam nem desejam perder as suas afinidades espirituais com as hordas do novo Átila que se propõe a massacrar o mundo. Tenhamô-los, pois, sob severa e constante vigilância e não lhes demos trégua (Não [...], 1942, p. 1).

A rejeição aos filmes norte-americanos em Santa Catarina, atitude que sugeria certa atração pelos países do Eixo, preocupou a divisão de cinema do *Office of Inter-American Affairs* durante suas incursões no estado. Como aponta Valim (2017), relatórios do escritório do *Office* de Florianópolis indicavam que a recepção aos filmes era, em geral, positiva, com exceção de Blumenau e, sobretudo, Joinville, onde as exibições eram recebidas com indiferença, atribuída ao clima pró-germanismo. O escritório do *Office*, assim como o Instituto Brasil-Estados-Unidos, havia sido criado exclusivamente em Florianópolis em razão da influência alemã no estado. Ainda que as autoridades envolvidas no esforço da boa vizinhança considerassem a exibição sistemática de filmes em cidades como Brusque, Blumenau, Indaial e Joinville um recurso importante para angariar simpatizantes da causa aliada (Valim, 2017, p. 149), tais medidas nem sempre obtiveram sucesso, indicando a persistência de vínculos políticos.

Em algumas mobilizações públicas ocorridas em 1942 veio à tona o fato de algumas pessoas estarem insatisfeitas com as demonstrações de aversão a atitudes dos países do Eixo.

Em março, em Joinville, quando em um salão da cidade foi organizada uma manifestação contrária à detenção de embaixadores brasileiros no Japão, visando “evitar que maior número de pessoas participasse da vibrante manifestação”, ditos quinta-colunistas teriam espalhado boatos de que as portas do salão da sociedade estariam “guardadas por soldados de armas embaladas e que certamente ocorreriam desordens”. Como resultado, “naturalmente conseguiram amedrontar pelo menos algumas pessoas” (Em franca [...], 1942, p. 10). A atitude sinaliza, ao menos, discordância com os ideais manifestados naquele comício. Inegavelmente, existiam recalcitrantes e figuras discordantes com a aversão aos países do Eixo. Oposições àquelas demonstrações populares anti-Eixo não tinham, unicamente, o caráter de “resistência cultural” contra ímpetus nacionalizadores, como apontam alguns autores (Campos, 2006), mas possuíam fortes contornos no que diz respeito às afinidades ideológicas.

Processos impetrados no TSN, observados minuciosamente os testemunhos de acusados e acusadores, permitem igualmente enxergar o clima de persistência de afinidades políticas. Em janeiro de 1942, a polícia política flagrou um episódio curioso de forte apreço pela Alemanha Nazista. O fato ocorreu no distrito de Taió, localidade de Pinheiral, na cidade de Rio do Sul. Ao fim de uma celebração protestante, autoridades teriam visto exposto na sala onde acontecia a reunião um retrato de Hitler, uma águia alemã esculpida em madeira e emblemas nazistas colocados sobre um pequeno altar (uma fotografia anexada no processo ilustrava os objetos). A residência pertencia ao alemão Miguel Hoesch que, em depoimento, afirmou ser nacional-socialista “em virtude de todos os alemães natos serem obrigados a abraçar o regime imperante na Alemanha” (TSN, 1942a, fl. 12) Hoesch se via como um bom nacionalista alemão. Quem realizava a celebração era o pastor protestante, também alemão, Hermann Stoer. A testemunha Ricardo Rutzen alegou que o proprietário tinha o hábito de “retirar esses distintivos alemães daquela sala, nas noites de culto”, porém, não sabia “precisar porque motivo o deixou de fazer nesta noite” (TSN, 1942a, fl. 12). Parecia ser costumeiro deixá-las expostas, em sinal de suas afinidades políticas. Tanto Stoer quanto Hoesch ressaltaram que na celebração estavam poucos alemães, sendo a maioria do público teuto-brasileiros (TSN, 1942a, fl. 11; p. 13). Aparentemente, ao verem o altar, estes pouco se importaram pois, quem fizera denúncia à polícia foram brasileiros que acusaram ser aquela uma reunião secreta (TSN, 1942a, fl. 17-19), algo negado pelos denunciados. De todo modo, é aí visível a impaciência de alguns com atos como aquele.

O apoio moral ao Eixo (com mais frequência, à Alemanha), era em algumas ocasiões motivo de desestabilização e conflitos no interior das famílias. Em junho de 1942, o alemão Ernest Ludwig Rosenfelder foi preso por tentar repassar boletins com informações sobre a guerra a outro alemão detido na delegacia de Hamônia. O acusado costumava ouvir notícias do rádio e, supostamente por espontânea vontade, decidiu levar um bilhete escrito à mão com os fatos recentes do conflito a Gerhard Reinecke, então detido (TSN, 1942b, fl. 9). Sua atitude se assemelha ao citado costume do sr. Brack de acompanhar o avanço da guerra por meio de um mapa em seu escritório. Ludwig Rosenfelder havia sido membro do núcleo nazista de Hamônia e em seu depoimento afirmou que considerava “as ideias de Hitler novas e muitas boas para a Europa e que seriam também boas para o estado de Santa Catarina no Brasil” – visão pouco distinta da de Emílie Mayer e Ralf Otte. Ludwig tinha a expectativa de que a Alemanha não perdesse a guerra, em razão de ter já conquistado a Noruega, Bélgica, França e parte da Rússia, bem como afirmou que continuava “nacional-socialista, não tendo, porém, ligação política com pessoa alguma” do partido (TSN, 1942b, fl. 10-11). Um vizinho há mais de 12 anos chegou a depor “que julgava que o sr. Rosenfelder fosse integralista e não nazista, pois parece-lhe já ter visto o mesmo vestindo camisa-verde [...], e isto só numa ocasião” (TSN, 1942b, fl. 21).

No ato de busca e apreensão feito pela polícia em sua residência, alguns dos objetos encontrados foram dois distintivos, um deles “representando a velha bandeira alemã e outro com a cruz swastica no centro, o qual era o distintivo do núcleo nazista”. Apreenderam também um aparelho de rádio receptor e fotografias que representavam membros de núcleos nazistas da região e da cidade (TSN, 1942b, fl. 17). Quando ouvida pelas autoridades, a esposa de Ludwig, Bianca Rosenfelder, reiterou a informação de que seu marido havia sido figura “saliente no partido nacional-socialista” em Hamônia e que sabia do fato dele possuir “material de propaganda nazista” em sua casa, o qual foi apreendido pelas autoridades da Dops. Depôs ainda que Ludwig “era grande admirador dos credos totalitários, isto mesmo depois do rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com as potências do Eixo” (TSN, 1942b, fl. 21). A razão da prisão de seu marido depunha a favor de suas palavras. Além disso, a ênfase dada por ela no rompimento de relações diplomáticas é curiosa, revelando como havia uma percepção das próprias pessoas comuns de que o episódio marcou um “antes e depois” no que diz respeito à aceitação do apreço ao nazismo.

Outra testemunha (Germano Schlup) mencionou um ocorrido que confirma a hipótese de a polarização política do período ter invadido as mais diferentes esferas do cotidiano:

declarou ser recorrente brigas entre o casal por motivos da guerra. Ludwig “sempre jactava-se [sic] de sua nacionalidade alemã” e “brigava continuamente com sua senhora”, Bianca Rosenfelder, por ser de nacionalidade francesa (TSN, 1942b, fl. 21). A mulher confirmou aos policiais ser “verdade que [...] sempre estava encrencando com seu marido, em virtude de [ela] querer escutar as emissoras francesas, o que vinha sendo proibido por seu marido, pois que só admitia escutasse as emissoras alemãs” (TSN, 1942b, fl. 41). A polarização do cotidiano, como se vê, não se manifestava apenas no espaço público ou locais de sociabilidade como clubes, salões, bares, mas também no espaço privado, seja à sala de jantar ou no quarto de um casal.

Avaliações críticas de tempos politicamente calorosos

Os variados “meios de persuasão emocional” (Ansart, 2019, p. 19) empregados por diferentes agentes sociais, tal como imprensa, Estado e pelas próprias pessoas comuns implicaram em manifestações de mudança de posicionamentos políticos – ora mais sutis e outras vezes mais diretas –, particularmente nos mais acalorados instantes do conflito. Cabe de antemão sinalizar que a interpretação desses gestos como mera reacomodação aos novos ditames do Estado brasileiro (alinhado às Forças Aliadas) seria demasiado simplista. Uma leitura como essa subestima não só a agência das pessoas como igualmente ignora a capacidade cognitiva de se reavaliar antigos posicionamentos e formular novas visões de mundo diante de bruscas contradições paroxísticas, como o caso dos ataques alemães contra a Marinha Mercante Brasileira e a consequente morte de mais de 500 brasileiros.

É sobre isso representativo o caso do ex-prefeito de Blumenau, Curt Vitor Hering (industrial proprietário da Companhia Hering). Há indícios que apontam ele ter mantido na década anterior relações bastante cordiais com líderes nazistas de Blumenau, tendo inclusive confessado simpatias pelo ideário do partido (Frotscher, 2003, p. 179-180; Graper, 2025, p. 333-334). Em meados de 1942 um jornalista da agência de notícias Press-Pargas fez com ele uma entrevista que, devido seu desligamento da empresa jornalística, só veio a público em 1958. O jornalista desejava ouvir de Hering “suas impressões sobre a guerra que atravessamos e qual o destino do nazifascismo”, segundo seu ponto de vista. O industrial argumentou que “a crise que o mundo atravessa agravada por esta guerra a que assistimos, provém de fatos históricos. De um lado o poder da força, de outro o poder da liberdade”. Hering demonstrou

possuir uma visão circular da história, de frequentes retornos e reviravoltas de momentos autoritários e democráticos (Heusi, 1958, p. 98). Por fim, concluía com as seguintes palavras:

[...] as ditaduras, o poder que se assenta no direito da força e não na força do direito, perecerão. Hitler e Mussolini não serão uma exceção à regra – [...] estamos ainda em plena guerra, e eu lhe asseguro – está perto, muito perto, o fim do nazismo e do fascismo. Enganam-se os que subestimam o poder do povo, esta força poderosa que gira os destinos da humanidade, reagindo todas as vezes que sentir fugir a liberdade, essa conquista que os séculos nos legaram como fundamento sublime do ideal democrático! (Heusi, 1958, p. 99).

Se querem os historiadores acreditar que as relações sociais são mediadas pela hipocrisia, pode-se colocar em dúvida a sinceridade das palavras de Hering. Todavia, caso se queira levar em consideração a habilidade de as pessoas observarem, avaliarem e se posicionarem criticamente face as experiências políticas experimentadas, é possível interpretar que o industrial blumenauense, de 1942 em diante, realmente apostava suas fichas na falência da utopia nazifascista que, há poucos anos, recebia fortes votos de esperança não só em Blumenau, mas, em várias outras regiões de Santa Catarina. Para infelicidade do industrial, declarações semelhantes em cartas encaminhadas a autoridades governamentais não impediram que seu nome fosse removido da lista negra elaborada pelos EUA, tampouco reverteu seu afastamento compulsório da direção da Companhia Hering entre os anos de 1944 e 1947 (Frotscher, 2003, p. 177-180; p. 183-184).

Os precedentes de adesão ao integralismo e apoio ao Eixo eram frequentemente evocados pelas autoridades policiais para levantar suspeitas, justificar vigilância constante e legitimar prisões. A própria população se tornou em muitos momentos um braço importante na colaboração com a Dops ao delatarem pronunciamentos públicos ou até mesmo privados de apoio ao Eixo (Athaides, 2015). Eventualmente, suspeitos e acusados por essas razões buscaram brechas e tentaram manifestar às autoridades policiais suas mudanças de posição em razão dos momentos recentes vividos pelo Brasil. Seria mera estratégia de escape da repressão? Em que medida é possível avaliar graus de sinceridade da reavaliação política daquelas pessoas? Embora difícil, é uma questão pertinente a ser perscrutada.

O caso do médico Giovanni Batista de Negri, que desde 1939 tinha intimidade e trocava correspondências com o ex-chefe das milícias da AIB da cidade de Lages, o alemão Hans Walter Taggessel, é pertinente para refletir sobre essa questão. Negri foi chamado a depor após suas cartas terem sido apreendidas em poder de Taggessel na ocasião de sua prisão em outubro

de 1942. Não era preciso muito esforço para perceber naquelas cartas, que cobriam mais de uma década, a predileção pelo Eixo entre ambos. Numa delas, Taggessel dizia: “A nossa turma continua firme e inabalável na vitória final de Roberto (Ro-Roma – ber-Berlim – to-Tokio)”. O médico foi cuidadoso no que informou às autoridades: admitiu que quando se encontrava com Walter costumava falar sobre a guerra, mas “sem manifestar intenções contra o Brasil”. Além disso, tais encontros teriam cessado, assim como não mais teriam mantido relações amistosas “por questões particulares, em vista mesmo da situação das relações diplomáticas do Brasil com o ‘Eixo’” (TSN, 1943d, fl. 129). Ou seja, uma amizade supostamente interrompida pelas questões políticas do momento e, mais importante: Negri foi capaz de avaliar como a aceitação do Eixo por parte da sociedade brasileira se alterava dado os episódios de janeiro de 1942.

Batista Negri confessou em depoimento aos policiais que “antes do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o ‘Eixo’, manifestava-se favorável aos totalitários, mas que após tal situação não mais procurou se intervir com assuntos dessa natureza” – sabia ele que suas ideias anteriores não seriam mais aceitas. Adotou desde o rompimento a postura do silêncio, porém, não sugeriu ter enveredado propriamente a uma reavaliação quanto aos seus posicionamentos políticos precedentes, como outras pessoas fizeram. Sua esposa, passou a recomendar não se hospedar mais na casa de Walter quando passasse por Lages, com o objetivo de evitar “complicações” (TSN, 1943d, fl. 129). O alerta certamente era por ter conhecimento das posições do amigo do marido, algo que poderia gerar consequências negativas para o casal.

Se Negri e esposa, depois do rompimento em janeiro, mudaram suas posturas, atitude semelhante não se via em Taggessel. Em meados de outubro de 1942, teria chegado ao conhecimento de Antonio Lara Ribas (Delegado da Dops) que Taggessel demonstrara “publicamente as suas simpatias pelos países do ‘Eixo’”, o que teria determinado a abertura de um inquérito (TSN, 1943d, fl. 3). Os depoimentos colhidos dão evidência de como posições políticas divergentes quanto à guerra geraram situações de violência verbal e física. O vendedor ambulante grego Constantino Savides disse que o acusado era famoso por ter sido “chefe dos integralistas” em Lages. Taggessel era por ele “visto continuamente em palestras com os integralistas”. Durante o ano anterior (1941), Constantino trabalhava em um café e certa vez foi “continuamente atacado pelos referidos indivíduos [integralistas], que ali faziam ponto de reunião para discussões em torno da guerra”, todos eles “adeptos fervorosos da causa nazista”. Quando em serviço era “agredido diariamente por palavras insultuosas”. Numa ocasião, não aturando mais as agressões verbais que aqueles antigos membros da extinta AIB teriam lançado

não só contra seu país de origem, mas também contra Inglaterra, prestou uma queixa na delegacia contra José Stefen e Taggessel. Ainda assim, não cessaram (TSN, 1943d, fl. 165).

Quando comemoravam o afundamento do navio britânico HMS Hood pelo encouraçado alemão Bismarck, ocorrido durante uma batalha no Atlântico-Norte em 24 de maio de 1941, Savides teria se obrigado a puxar “seu revólver, tendo feito uso do mesmo, detonando contra José Augusto Stefen, que o provocou no recinto”. Afirmou que só não agiu de igual forma contra Walter Taggessel “porque este na ocasião não se encontrava no café, pois o mesmo achincalhava sua pátria e não escondia suas simpatias pela causa alemã, demonstrando sempre publicamente sua aversão contra os aliados”. O gesto de Savides foi absolvido pela polícia (TSN, 1943d, fl. 165). Tanto Stefen quanto Taggessel, naqueles episódios de 1941, incorreram no crime de quebra da neutralidade, atitude passível de prisão – que não ocorreu.

Na residência de Hans Walter os policiais apreenderam distintivos integralistas do tempo em que pertenceu a AIB – em sua defesa, alegou que havia dado às filhas para brincarem. Na ocasião do aniversário de Adolf Hitler em abril de 1941, expediu um ofício agradecendo ao jornal *Correio Lageano* “porque sentiu-se satisfeito com a veiculação de tal notícia” naquele periódico. Ele próprio fora atrás de assinaturas de outros alemães para subscreverem o ofício. Poucos meses antes do seu interrogatório, em julho de 1942, havia festejado na companhia de Henrique Schmidt, tomando cerveja em um dos cafés da cidade de Lages, a vitória dos exércitos alemães sobre o exército vermelho em Sebastopol. Fez isso em razão de seu agrado com a ação “das armas alemãs contra os bolchevistas” (TSN, 1943d, fl. 130). O anticomunismo era um dos motivos para manutenção de vínculos políticos com o nazismo.

Seus posicionamentos quanto aos ataques do submarino U-507 são reveladores a respeito da manutenção de suas afeições políticas pela Alemanha Nazista. Ao saber “das notícias [...] ainda mantinha-se [sic] favorável à política de Hitler, isto é”, fazia ainda “questão de declarar que é alemão” – declarar-se, àquele tempo, para ele, parecia significar ser simpático ao nazismo. Afirmou “que nos primeiros afundados” prezava por se declarar “alemão, porque tais navios foram afundados em águas bloqueadas”. Respondeu ainda às autoridades que não apoiou “de forma alguma o afundamento dos últimos navios brasileiros em águas territoriais brasileiras, e que não acredita que fosse submarino alemão, pois até agora nada pude encontrar na imprensa brasileira”. Registrou o escrivão que Taggessel, “apesar de tudo continua a simpatizar pelos totalitários, apesar dos atentados ignóbeis sofridos pelo Brasil”. O acusado teria dito “que continuava a amar a sua pátria e que não acredita ser submarinos da Alemanha

que tenham cometido esses atos de selvageria” (TSN, 1943d, fl. 130-131). A repressão policial, mesmo sob violência física, não era garantia de que as pessoas se declarariam não mais apoiadoras do nazismo ou do Eixo, como uma espécie de estratégia de escape.

Walter durante seus interrogatórios teria sido diversas vezes torturado e passou mais de seis meses na prisão, o que o deixou em péssima situação financeira. Estes fatos foram por ele confessados em carta. Enquanto esteve no cárcere, sua terceira filha veio ao mundo e ainda não a conhecia. Não pôde contratar advogado de defesa, portanto, em maio de 1943, escreveu longa missiva de seis laudas e meia negando acusações. Entre as coisas que disse, negou ter sido membro do NSDAP e acrescentou o detalhe de não terem lhe permitido ingressar na Deutsche Arbeitsfront (Frente Alemã para o Trabalho) em virtude de que era filiado à AIB – essa adesão teria se dado porque se empolgou, primeiramente, com a oposição e combate do movimento “ao comunismo, do qual devo confessar-me inimigo intransigente”. Em segunda instância, agradeceu-lhe “a semelhança de sua doutrina econômica com a do nacional-socialismo, de cuja realização esperava um florescimento e desenvolvimento econômico do Brasil, igual ao da Alemanha”. Extinto o partido em 1937, “renunciei por completo a toda e qualquer atividade política”. Ainda assim, confirmou ser um entusiasta do “reerguimento econômico de minha pátria, tornando-me assim um fervoroso adversário do individualismo liberal”, e admitiu sua apresentação para servir o exército alemão quando invadia a Polônia; alegou que tinha apenas feito seu dever, atitude esperada “de qualquer patriota, seja de que nacionalidade for” (TSN, 1943d, fl. 180-182).

Embora tomasse estrito cuidado para se esquivar das acusações e insistisse no fato de não ter pertencido ao Partido Nazista, evitando uma eventual condenação por atividades passadas, em nenhum momento Taggessel apelou para o argumento de que após o rompimento de relações com o Eixo havia alterado seus posicionamentos políticos – sua intransigência teria motivado os referidos conflitos com Savides antes e depois de janeiro de 1942. Pelo contrário, suas atitudes durante a guerra e mesmo após a prisão demonstravam ainda o apreço pelo seu país e o regime lá em voga – o que igualmente mostra uma posição crítica ante aquele contexto.

Ainda que existissem figuras inflexíveis quanto suas apaixonadas relações com os ideários e regimes nazifascistas, outros estavam dispostos a abjurar convicções políticas. Francisco Prada, coletor estadual de impostos na localidade de Colônia Videira, em Canoinhas, foi alvo de denúncias impetradas por moradores da região. O comerciante Ascendino Coelho soube que Prada havia sido integralista anos antes no litoral e o ouviu fazer comentários

favoráveis à Alemanha, além de afirmar que os aliados não venceriam a guerra. Antonio Becil, também comerciante, declarou à polícia que “todos na vila e as autoridades do município falam de Prada ser adepto das doutrinas do Eixo e integralista extremado”. O militar Manoel Luiz Cardoso relatou ter visto Prada discutindo assuntos de guerra com Juca Ramos, ex-integralista do núcleo de Joinville (TSN, 1943c, fl. 8-11).

Francisco Prada “fazia propaganda integralista, chegando a mandar um livro de autoria de Gustavo Barroso, onde o depoente” Francisco Ribowski “viu assinado o nome” do acusado, tanto que chegou a mostrar o exemplar ao professor Tertuliano Lemos e ao guarda linha do telegrafo José Medeiros. Leonardo Ribowski ouvia falar que Prada era “um integralista extremado”. Afirmou saber que ele “ia escutar rádio nas casas de Ernesto Wagner e Hercílio Damaso da Silveira” e dizia “que só gostava de escutar rádio de Berlim, porque só lá é que falavam a verdade e as outras estações só diziam mentiras” (TSN, 1943c, fl. 8-11).

Diante desses atritos, a principal acusação era de que Prada teria proferido injúrias contra o Brasil quando havia sido declarada a mobilização do país para a guerra. O acusado, em sua defesa, declarou nunca ter sido integralista, acrescentando que quando trabalhava em Nova Trento, “se opôs à formação de um núcleo integralista naquela localidade”. Também jamais teria simpatizado com o Eixo, “calculando que assim o julgam, porque quando rebentou a guerra se restringia em comentar a realidade dos fatos” (TSN, 1943c, fl. 11-12).

Argumenta Francisco Teixeira da Silva (2007, p. 300) que a “recepção da prática repressiva de cunho excepcional, baseada num tribunal especial, contou [...] com grande respaldo popular”. O TSN foi visto, “graças aos seus atributos sumários e autoritários, [como] uma forma de vingança e de possibilidade de prejudicar inimigos. Em larga escala, a sociedade não apareceu como vítima inerte ante um Leviatã poderoso” (Silva, 2007, p. 301). Embora algumas das acusações contra Prada tenham se revelado falsas (fruto de intrigas relacionadas ao fato de ele atuar como cobrador de impostos na região), suas declarações entraram em conflito com os depoimentos de pessoas próximas. Tal como seus acusadores, Prada também recorreu à dissimulação ao tentar se esquivar de uma possível condenação decorrente de suas posições políticas.

Um “compadre” próximo do acusado, Hercílio Damaso da Silveira, confirmou que Prada costumava se reunir na sua residência e na casa de Ernesto Wagner para ouvir notícias sobre a guerra pelo rádio. Atestou ainda o hábito de Prada rejeitar ouvir outras emissoras que não fossem a de Berlim; as demais rádios, dizia, só contavam mentiras. Damaso complementou

ainda que seu antigo “compadre”, assim como ele, “era simpatizante do Eixo, isto antes da declaração da guerra do Brasil aos países do Eixo e que dessa época para cá, temos procurado demonstrar ter mudado de opinião e estar ao lado da opinião nacional” (TSN, 1943c, fl. 12).

Se tomada a condição de interrogado, essa é com certeza uma afirmação passível de questionamento. Mas, colocada em seu contexto de enunciação, embebida das contradições políticas do envolvimento do Brasil na guerra, tal exposição de ideias poderia, efetivamente, possuir profunda razoabilidade e sinceridade. Admitir a reavaliação ideológica, antes “simpatizante do Eixo”, agora um partidário da “opinião nacional”, foi sintoma da percepção de que a partir de janeiro de 1942, um novo tempo se abriu. Com isso, o campo político se rearranjou, provocando reavaliações e, no limite, inflexões nos posicionamentos políticos. Trabalhos recentes, ao examinarem “abjurações” políticos no calor do envolvimento do Brasil no conflito, constataram como no momento de reorganização das forças políticas em 1945 houve quem reiterou suas reavaliações, denotando uma verdadeira sinceridade quanto a casos como os aqui narrados. Todavia, é importante ter em mente que essas inflexões não significaram a adesão a posições progressistas, tampouco de esquerda. A identificação no interior de um espectro conservador prevaleceu (Graper, 2025, p. 348-362). Seja como for, o nazifascismo e ideários congêneres, dali em diante, não poderiam mais ser concebidos pela nova moralidade política emergente. Para pertencer ao novo tempo, era preciso alinhar-se a essas novas exigências. Era preciso acomodar-se à nova ordem do tempo.

Considerações finais

O reposicionamento internacional do Brasil não produziu efeitos apenas na “alta política” conduzida pela cúpula do regime ditatorial. Os episódios aqui apresentados evidenciam como a decisão das lideranças do Estado Novo de se alinhar aos Aliados repercutiu no cotidiano da população brasileira e, em particular, na realidade de Santa Catarina (região que, anos antes, havia demonstrado forte afinidade política com ideais nazifascistas). Após o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo, a imprensa passou a difundir desconfianças quanto a posicionamentos políticos que, dali em diante, já não seriam tolerados, ecoando expressões populares que buscavam não apenas suscitar suspeitas, mas demonstrar rejeição ao nazifascismo e, em muitos casos, estimular a mudança de opinião. O envolvimento do país na guerra, ao colocar determinados grupos na mira das forças de segurança e os levar aos bancos

do TSN, revelou a persistência de afinidades com valores e ideias nazifascistas. Processos do TSN explicitaram conflitos verbais e físicos em espaços públicos e privados. Apesar da inflexibilidade de alguns, muitos procuraram se afastar de simpatizantes do nazifascismo e outros declararam já não apoiar o Eixo, alinhando-se à “opinião nacional” (ao Brasil ao lado dos Aliados). Todas essas atitudes sociais são sinais de uma avaliação e posicionamento crítico por parte das pessoas naquele tenso cenário político de guerra ideológica internacional.

Fontes consultadas

COSTA, Ruy Moreira da. Um luso-brasileiro em Blumenau. A guerra. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo XXXIII, n.º 02, p. 34-39, fev., 1992. Hemeroteca Digital Catarinense.

EM FRANCA ação os ‘quinta-coluna’ de Joinville! **A Notícia**, Joinville, p. 10, 15 mar. 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

HEUSI, Nemésio. Páginas de meu velho arquivo: uma entrevista com Curt Hering. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo I, n.º 05, p. 98-99, mar., 1958. Hemeroteca Digital Catarinense.

IMPRENSA mural. **A Gazeta**, Florianópolis, p. 3, 20 set. 1942. Hemeroteca Digital Catarinense.

KONDER, Alexandre. **Um repórter brasileiro na guerra europeia**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, Editores, 1940.

NÃO demos trégua ao inimigo interno! **A Notícia**, Joinville, p. 1, 24 jun. 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

OS BRASILEIROS não podem ter duas opiniões. **O Estado**, Florianópolis, p. 01, 14 nov. 1941. Hemeroteca Digital Catarinense.

RAMOS, Nereu. Telegrama enviado a Lourival Fontes [Reservado]. Florianópolis, 11 dez. 1941. 1 telegrama [Cópia]. Envelope Caixa 41 A, P. 03. Caixa 435 (1936/42 – Pasta 01 a 06). Fundo Governo de Santa Catarina – Nereu de Oliveira Ramos. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SÃO os piores! **A Notícia**, Joinville, p. 08, 01 fev. 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

TSN. Apelação N.º 1089. Apelante: Ex-ofício e Miguel Hosch e outro. Apelado: Guilherme Bittelbrum, Ministério Público e outros. Fundo/Coleção: Tribunal de Segurança Nacional. Série/Subsérie: Apelação. Data: 15 jun. 1942a. 72 p. Arquivo Nacional. [Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN]

TSN. Apelação N.º 1398. Apelante: Ex-ofício, Ernest Ludwig Rosenfelder e Ministério Público. Apelado: Ernest Ludwig Rosenfelder e Ministério Público. Fundo/Coleção: Tribunal de Segurança Nacional. Série/Subsérie: Apelação. Data: 12 nov. 1942b. 88 p. Arquivo Nacional. [Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN].

TSN. Apelação N.º 15-43. Apelante: Ex-ofício. Apelado: Emilie Mayer e Emilio Buckendahl. Fundo/Coleção: Tribunal de Segurança Nacional. Série/Subsérie: Apelação. Data: 02 fev. 1943a. 72 p. Arquivo Nacional [Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN].

TSN. Apelação N.º 1557. Apelante: Ex-ofício. Apelado: Ralf Heinrich Otte. Fundo/Coleção: Tribunal de Segurança Nacional. Série/Subsérie: Apelação. Data: 08 abr. 1943b. 58 p. Arquivo Nacional [Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN], fl. 43.

TSN. Apelação N.º 1600. Apelante: Ex-ofício. Apelado: Francisco Prada. Fundo/Coleção: Tribunal de Segurança Nacional. Série/Subsérie: Apelação. Data: 07 abr. 1943c. 66 p. Arquivo Nacional [Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN]

TSN. Apelação N.º 1640. Apelante: Ex-ofício. Apelado: Hans Walter Taggesell. Fundo/Coleção: Tribunal de Segurança Nacional. Série/Subsérie: Apelação. Data: 04 abr. 1943d. 211 p. Arquivo Nacional [Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN].

UM MÉDICO alemão em atividade suspeita. **A Notícia**, Joinville, p. 6, 27 mar. 1942. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

UMA ÚNICA atitude digna. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, p. 1, 01 jul. 1942. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Referências

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

ARAUJO, Elaine Cristina Souza. **Hitler e o Partido Nazista através da ótica dos impressos cariocas**. Uma análise da imagem divulgada pelos impressos do Rio de Janeiro sobre Hitler e o Partido Nazista (1932 – 1936). 102 f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. **A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945)**: do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de PósGraduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. 1 ed. São Paulo: Geração Editorial; Edusp, 2000.

FALCÃO, João. **O Brasil e a segunda guerra mundial**: testemunho e depoimento de um soldado convocado. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999a.

FALCÃO, Luís Felipe. A guerra interna (Integralismo, Nazismo e Nacionalização). BRANCHER, Ana. (Org.). **História de Santa Catarina**: Estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999b.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Editora Univali; Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

FERREIRA, Jorge. Mortes no mar, dor na terra. Brasileiros atingidos pelo ataque do submarino alemão U-507 (agosto de 1942). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 02, p. 275-288, 2017.

FORTES, Alexandre. A segunda guerra mundial e a sociedade brasileira. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio; ABREU, Luciano Aronne de (org.). **A era Vargas**: (1930-1945) – v. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021. (Série História; 88).

FROTSCHER, Méri. **Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade**: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950). 2003. 279 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GRAPER, Wesley dos Santos. **No limite das paixões políticas** – Santa Catarina diante da crise da utopia fascista, 1942 – 1947. 502 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

HILTON, Stanley. **Suástica sobre o Brasil**. A história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAYER, Leandro. **“Politicalha da aldeia”**: os criminalizados do Estado Novo no Oeste de Santa Catarina à luz dos processos-crime do Tribunal de Segurança Nacional. 2020 248 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos; ASSIS, Raquel Anne Lima de. O fim do mundo começou no mar: os ataques do Submarino U-507 ao litoral sergipano em 1942. **Revista Navigator**, v. 9, n.º 17, p. 59-68, jun., 2013.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-42. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 12, p. 177-189, 1993.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, p. 305-324, jul. 2005.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Diplomacia, jogos políticos, intrigas e guerra: a relação entre Alemanha e Brasil (1937-1942)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. **Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil – 1936-1948**. Salvador: EdUFBA, 2022.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os tribunais da ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Palomares (Org.). **O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VALIM, Alexandre Busko. **O triunfo da persuasão: Brasil, Estados Unidos e o cinema na política de boa vizinhança durante a II Guerra Mundial**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2017.

ZANELATTO, João Henrique. **Região, etnicidade e política: o integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930**. 2007. 373 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Notas

ⁱ Este artigo é um desdobramento de parte dos resultados da dissertação **No limite das paixões políticas - Santa Catarina diante da crise da utopia fascista, 1942 – 1947**, defendida pelo autor na Universidade do Estado de Santa Catarina, em 2025. Disponível em: <https://repositorio.udesc.br/handle/UDESC/22903>.

ⁱⁱ Dado os limites de espaço neste artigo, não houve como elaborar uma densa exposição deste amplo conjunto documental examinado ao longo da investigação de mestrado. Os principais jornais investigados foram: *A Notícia* (Joinville); *O Estado*, *A Gazeta* e *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina* (Florianópolis); e *Correio do Povo* (Jaraguá do Sul). De modo a contemplar a interpretação, apenas alguns exemplos são aqui apresentados.

ⁱⁱⁱ Nereu Ramos foi eleito governador do estado indiretamente no ano de 1935 e com o golpe de 10 de novembro de 1937, por opção de Getúlio Vargas, apesar de alguns desafetos, permaneceu no cargo até fins de 1945.